

A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DAS FONTES

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva- FaE/CEALE/UFMG – icrisfrade@terra.com.br

MACIEL, Francisca Izabel Pereira-FaE/CEALE/UFMGfranciscamaciel@terra.com.br

GT: Alfabetização, Leitura e Escrita

Agência financiadora: CNPq e FAPEMIG

A necessidade de responder a um campo de estudos ainda pouco explorado no Brasil tem nos levado a realizar pesquisas que evidenciem aspectos da história da alfabetização em Minas Gerais. Uma das vertentes de pesquisa tem sido a de repertoriar e descrever analiticamente exemplares de livros de alunos que foram conservados em alguns acervos. A descrição analítica dos impressos traz contribuições para dimensões quantitativas e seriais do campo de estudo e para análises qualitativas. Por outro lado, é preciso investigar a circulação e o consumo desses impressos e uma outra perspectiva é análise de sua circulação. Nesse sentido a consulta a arquivos públicos é fundamental para verificação de pedidos de livros e de seu envio para professores e para avaliar indícios que expliquem a permanência/efemeridade na circulação de alguns títulos, assim como as práticas pedagógicas de alfabetização de um período. Estes aspectos, que permitem pensar os impressos, sua circulação, sua utilização e atores envolvidos na disseminação de metodologias e ideários pedagógicos, são tratados neste trabalho sob a vertente da história cultural e da bibliografia material.

O que nos dizem os impressos: algumas possibilidades e implicações metodológicas

Valendo-nos de pressupostos teórico-metodológicos relacionados aos estudos dos livros, sobretudo aos enfoques da bibliografia material e da sociologia de textos, conforme estudos de Chartier e de Makenzie(1991) tomamos os impressos, eles mesmos, como principal fonte de pesquisa para compreensão da história da alfabetização em MG. Na investigação lançamos mão de algumas categorias conceituais ora tomadas da história da educação e da alfabetização, ora da história do livro e da leitura. A partir da história do livro e da leitura (Chartier: 1994,1996) e, especialmente da história do livro didático (Chopin:2002) compreendemos que o livro é produto de diversas materialidades e pode ser visto como fonte e como objeto de pesquisa. Tomando-o como uma fonte para uma análise da história da alfabetização e analisando alguns dados tais como instruções dadas ao professor, nomes de autores, configurações textuais das lições, ilustrações podemos enveredar pelas tendências metodológicas de um período e mesmo por questões ideológicas que ele carrega.

Por outro lado, se tomamos o livro como objeto físico que precisa obedecer a certas regras para sua fabricação, precisamos enxergar determinadas materialidades que conduzem a uma leitura. Nesta perspectiva são os estudos da edição que permitem compreender condições que determinam a sua produção e distribuição. Estes poderes de fabricação e difusão cultural não se explicam apenas pela tendência metodológica que um livro carrega, mas pela rede editorial da qual ele faz parte, com suas técnicas e jogos que comportam captação de autores de possível sucesso e penetração, posições de uma editora no cenário da edição e também os aspectos materiais do livro especialmente aqueles relacionados à fabricação, a matéria prima utilizada, o seu formato e organização da página, os recursos e técnicas utilizados, os acordos de distribuição, etc. Assim, pedagogia da alfabetização e produção editorial se cruzam nas páginas de um livro didático.

Para uma descrição individual de cada título construímos um instrumento de registro, no formato de uma ficha, que foi elaborada buscando contemplar determinados aspectos da bibliografia material:

a) dados sobre os autores (nome e descrição biográfica recuperável nos dados do livro) e dados bibliográficos, editoriais e descritivos do objeto-livro (editora, edição, data de edição, ilustrador, formato, capa, contracapa, prefácio, preço e dados que ligam o livro a uma coleção ou não);

b) dados que permitem descrever pressupostos e metodologias de alfabetização (pressupostos metodológicos declarados, exercícios, existência de manual, prefácios e bibliografia apresentada);

c) alguns dados mais gerais que permitem tanto verificar a rede de apoio à produção do livro, ou seja, sob que chancela ele é publicado: governo? Inspetores? Outros apoios? Gráficas? A quem o livro foi dedicado? Quem faz o prefácio?

Para catalogação construímos uma série de categorias analíticas para uma primeira aproximação com o livro. A construção da ficha de análise foi uma forma de recortar, no objeto impresso, dados relevantes para consulta posterior de qualquer pesquisador que se interesse pela história da alfabetização e da cartilha.

Trabalhando dados da “ficha analítica” vislumbramos no impresso denominado cartilha ou pré-livro pelo menos duas dimensões: paratexto e texto. Como texto, entendemos o miolo dos livros/o texto principal, com seu conteúdo destinado a uma leitura do aluno ou professor e que geralmente contém uma apresentação de letras, sílabas e/ou textos, exercícios, diagramação e ilustrações. Como paratexto, definimos o

conjunto de protocolos textuais inscritos nos livros que antecedem o texto principal do autor (dedicatórias, apresentações, normas de uso) e mesmo o prolongam em extensão (comentários finais (posfácios, quarta capa, etc.) e que posicionam o livro no plano editorial (autor, editor, local, ano, ilustrador, números de edição, tiragem, preço, etc.).

Na análise do paratexto trabalhamos com dados bibliográficos que dão conta de alguns aspectos da materialidade envolvida na produção/circulação dos textos. Dados constantes na quarta capa nos indiciam para produção da uma editora ou mesmo de um autor e permitem verificar tanto uma forma de produção/divulgação “coordenada”, como o diálogo que se estabelece com a produção de um período.

A ficha permite a construção de uma série de dados que ajudam a caracterizar os acervos e construir determinadas relações mediante informações colhidas nos exemplares, que podem ser comparadas e categorizadas. No entanto, encontramos problemas no preenchimento de alguns campos e destacamos dois. O primeiro refere-se aos dados editoriais: como descrever capas e contracapas sem cair em categorias subjetivas de descrição estética? A solução talvez não seja a descrição, mas a digitalização das imagens das próprias capas e contracapas que pode facilitar o trabalho, proporcionando maior fidedignidade ao objeto e uma maior aproximação dos pesquisadores com as fontes. O segundo problema é: como apreender procedimentos metodológicos quando estes não se encontram declarados pelo autor? Uma opção que encontramos foi a de descrever a estrutura básica do livro, buscando localizar e ou descrever lições exemplares que reforçam ou modificam sua estrutura mesmo sabendo do risco da interpretação.

O debate sobre a construção de fichas analíticas que dêem conta da diversidade de aspectos a serem considerados em um livro didático tem sido recorrente entre pesquisadores dos livros didáticos. Problemas dessa natureza têm sido compartilhados por diferentes grupos de pesquisa, entre eles estão: o Manes (Manuales Escolares) – na Espanha, o Livres (Livros Escolares) no Brasil, entre outros. Entretanto, o ponto comum é o de que o preenchimento das fichas pode revelar uma entrada mais panorâmica no livro e são necessários estudos posteriores para aprofundamento de cada obra.

Dados mais gerais dos acervos: possíveis tendências e problematizações

Mediante as fichas construímos outros índices: índice de editoras, índice onomástico, índice por período e índice e títulos¹. É conveniente lembrar que parte dos

¹Atualmente, estamos integrando nossos dados aos Projetos LIVRES/USP e MANES/Espanha.

ossos livros é integrante de um centro de referência e de um centro de documentação que adquiriram ou conservaram volumes pelos critérios os mais diversos. Nossa busca por descrição mais exata está, cada vez mais, atrelada ao cuidado com os dados e com o sentido que damos às fontes de que dispomos. Algumas perguntas permitem problematizar significados da presença de exemplares conservados: a localização de um exemplar de algum autor é fruto de um acaso ou o fato de haver um título do mesmo autor, em diferentes acervos, demonstra o poder de circulação de sua obra? Ou, ao contrário, sua preservação deveu-se ao seu pouco uso? Ou seria porque o volume resistiu ao tempo, mais que outros? A presença de mais de um título de um determinado autor significa que ele produziu intensamente? Os livros realmente circularam nas escolas? A presença destes livros em acervos mineiros deve-se a uma maior circulação de livros em nosso Estado e a uma história de produção e circulação de ideários pedagógicos?

Para os pesquisadores de livros didáticos são vários os problemas enfrentados no tratamento das fontes: a falta de regularidade nas menções bibliográficas quanto à edição e ao ano de publicação faz com que lancemos mão de outras fontes ou pistas. Assim, se não dispomos das primeiras edições de um determinado livro, tal como o *Cartilha da Infância* – de Thomaz Galhardo, publicada pela Paulo de Azevedo, mas foi inventariado exemplar da edição 228^a no ano de 1987, seria necessário realizar outras pesquisas para verificar sua presença numa região e evidenciar fatores que explicam a sua continuidade de uso, ou seu aparecimento tardio ou seu desaparecimento. Assim, qualquer tabela serial que se organize terá lacunas.

De outra forma, se um primeiro movimento de investigação se relaciona à tentativa de descrição analítica de cada título repertoriado, esse próprio movimento, e mesmo o conjunto de dados, alteram os nossos olhares sobre os outros livros/objetos de pesquisa. Assim, o livro pode ser visto nele mesmo, na história de suas edições, mas ele sempre nos re-envia para outros livros que já descrevemos e para outras fontes. Se tomamos um livro de um acervo como objeto, logo ficamos tentados a compará-lo com outros, uma vez que um impresso está dialogando com uma rede ampla de referências pedagógicas e editoriais. Ele precisa ser comparado tanto para análise de sua identidade pedagógica e editorial quanto pelos empréstimos que toma de outros impressos (com destinação didática ou de circulação geral)

Mesmo sabendo da limitação de alguns dados, a pesquisa em diferentes acervos permitiu-nos construir uma série de dados e cruzamentos entre os aspectos regionais e

nacionais. O repertório de 268 exemplares nacionais permite verificar a posição de Minas Gerais em relação a um discurso e a uma prática de alfabetização nacional, uma vez que os índices onomásticos, por editoras, por títulos e por metodologia, produzidos mediante as fichas analíticas indiciam para pistas que iremos apenas apontar neste momento, mas que merecem ser melhor investigadas.

Uma delas, por exemplo, diz respeito à feminização da autoria de cartilhas, considerando o final do século XIX e o início do século XX. Em comparação com a prevalência de autoria masculina aparece em nossos acervos apenas uma mulher, possivelmente uma das primeiras autoras de cartilhas no século XIX, a mineira Maria Guilhermina Loureiro de Andrade mineira, que teve sua maior atuação como professora no Rio de Janeiro. Seu livro didático não foi utilizado em larga escala em Minas, se comparado com outros títulos. Essa autora publicou, no final do século XIX, pela editora americana American Book Company² o seu *Primeiro livro de Leitura*, também mais conhecido como o *método do gato*. Por outro lado, uma descrição biográfica que amplie dados de um índice onomástico exige pesquisas que extrapolam os dados constantes no livro e muitos autores ficam sem qualquer identificação que ajude a localizá-los no tempo, no espaço ou numa rede institucional, sendo preciso realizar pesquisas em outras fontes.

Um outro exemplo refere-se à possibilidade de localizar e acompanhar a trajetória de uma série de autores da região (movimento pedagógico) e editoras mineiras (movimento da edição) que podem apontar uma certa rede de intelectuais mineiros que se agruparam em torno da adesão aos métodos analíticos. Mais adiante iremos analisar a posição de editoras e autores mineiros de cartilhas em relação a editoras nacionais.

A seguir, apresentamos a tabela de exemplares repertoriados por década, tentando interpretar o que esta organização permite compreender sobre a produção de cartilhas:

Tabela 1 - Exemplares por década³

Década	Número de Exemplares
1870	1
1880	1
1890	2

² Ver CHAMON, C S Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora (1869-1913) FaE/UFMG. Tese, 2005

³ As datas se referem à data do exemplar que existe no acervo e não à data da primeira edição do livro. Não foram inscritos os Livros didáticos do PNLD a partir de 1997.

1900	1
1910	2
1920	3
1930	0
1940	5
1950	23
1960	69
1970	45
1980	47
1990	18
Total	217
Exemplares S/D	51
Total Geral	268

Essa tabela já permite evidenciar uma série de interrogações sobre aspectos teóricos metodológicos da pesquisa histórica sobre cartilhas. O primeiro conjunto de perguntas refere-se ao universo material dos exemplares repertoriados que, inicialmente, nos faz relativizar a interpretação dos dados. Apesar de recortarmos na coleta de dados o período de 1834, período da primeira Lei orgânica do ensino que passa para as províncias a responsabilidade pela instrução, os dados acima evidenciam um limite temporal iniciado em 1870. Seria por que se inicia, neste período, uma maior produção nacional de livros? O fato de o acervo não possuir cartilhas nos anos 30, por outro lado, não significa que elas não tenham sido editadas nacional e regionalmente. Os exemplares sem data nos levam as outras necessidades de pesquisa, tais como a de recuperar ou aproximar datas pelo recurso a outras investigações, utilizando dados de arquivos de editoras ou outros estudos biográficos sobre autores e sua produção. Além disso, dados da ordem cronológica servem apenas para uma adequada descrição/circunscrição dos nossos acervos ou revelam alguns fenômenos pedagógicos e editoriais.

Uma vez que, em geral, os acervos são constituídos de doações e compras em sebos, o dado sobre periodização explica-se também pela natureza e singularidade da constituição dos acervos pesquisados. Circunscritos a essa materialidade outras relações podem ser feitas sobre este conjunto de dados. Por exemplo, comparado ao acervo de livros nacionais destinados ao desenvolvimento da leitura, trabalhado por Batista *et al* (2002), constata-se que é também no último quartel do século XIX,

exatamente no ano de 1870, que foram repertoriados os primeiros livros de leitura da pesquisa realizada por eles. O mesmo ocorre para as cartilhas que mapeamos. Uma das razões para isso, deve-se a proibição da edição de livros no Brasil até 1808, o que levava à utilização de livros didáticos portugueses. A incipiência da produção brasileira, apontada por outros pesquisadores (Hallewell:1985, Lajolo:1996, Mortatti:2000) confirma-se na tabela de levantamento dos acervos e pode remeter para futuras pesquisas que investiguem a produção nacional de livros.

Por outro lado, o baixo número de títulos na década de 90 do século XX não significa uma queda na produção específica do período, uma vez que falta repertoriar livros inscritos no PNLD/1997 de um dos acervos, o que representa mais de 50 títulos. Esse possível cruzamento com um *corpus* mais atual permitirá verificar a longevidade de livros que já circulavam em décadas anteriores ou a novidade desse *corpus*, em relação ao que já temos repertoriado.

Por outro lado, o aumento de exemplares, a partir das décadas de 50 até 90, do século XX pode estar ligado ao desenvolvimento da própria indústria editorial brasileira, especialmente do segmento de livros didáticos, à expansão da escola pública e a uma intensificação de uma produção pedagógica de autores brasileiros, entre outros. No entanto, se comparamos a produção por Estado, percebemos que não houve, na mesma proporção uma produção regionalizada: em muitos casos, alguns estados produzem para outros (tais como SP, RJ e MG) e outros consomem mais livros produzidos fora do que produzem. Esse desdobramento de uma produção regional está atrelado à capacidade da indústria editorial de cada região e também à hegemonia de um pensamento, de um grupo ou de instituições formadoras. Muitos autores mineiros, ou formadores a eles ligados, circularam pelos estados do Sul e Nordeste e vários professores de outros estados vieram buscar aperfeiçoamento em MG.

A tabela seguinte permite inferir o poder de cada Estado no conjunto da produção nacional. Constata-se, nos acervos, uma hegemonia paulista presente na indústria editorial, até o momento atual. Seria esta produção mais significativa, *per se*, ou haveria no Estado um campo fértil para os negócios do livro, inclusive para captar autores oriundos de outros Estados? Temos dados da circulação de obras de vários autores paulistas, em MG, desde o início do século XX, tais como Arnaldo Barreto e Mariano de Oliveira e sabemos da circulação de livros de autores mineiros em outros estados. Além disto, alguns autores mineiros foram publicados por editoras de outros locais. Minas Gerais aparece em 2º lugar e sabemos que houve nele a predominância da

publicação de livros produzidos por autores de cartilhas ou pré-livros ligados aos métodos analíticos, sobretudo à tendência dos métodos globais. Ao nos voltarmos para algumas circunstâncias de divulgação de ideário pedagógico reconhecemos que outros fenômenos internos ao campo pedagógico precisam ser buscados para explicar a supremacia ou a subordinação de alguns estados.

Tabela 2 - Títulos repertoriados por localidade

Cidades	Quantidade
São Paulo	56
Belo Horizonte	20
Rio de Janeiro	13
Porto Alegre	04
Localização em mais de uma cidade e Estado	33
Localidade não citada	34
Outras localidades	09
Total	169

Consultando os dados referentes as editoras poderíamos fazer outros questionamentos em torno da parceria em diferentes Estados, uma vez que temos sucursais de editoras nacionais em MG, sobretudo a Francisco Alves e mesmo a junção de editoras na publicação de determinados livros. O fato de se ter uma filial ou sucursal pode ser considerado como uma estratégia das editoras de cooptar autores locais ou apenas como estratégia de melhor divulgação e distribuição de seus livros.

E onde foram produzidas as cartilhas que não declaram o local onde foram editadas? Precisaríamos criar estratégias de pesquisa que tomassem os dados na sua singularidade, para entender outras redes editoriais além daquelas já conhecidas pelos estudos do mundo da produção editorial no Brasil, verificando inclusive, se há especificidades da produção de cartilhas e não de livros didáticos em geral. Assim, há cartilhas que deram nome e sustentaram a produção de uma editora, como é o caso da cartilha *Caminho Suave*, produzida inicialmente na década de 50, um *best seller* didático que circula em todo o Brasil em grandes tiragens, até a década de 90, pela Editora Caminho Suave. Só muito recentemente, em 2005, ao procurarmos autorização para concessão de publicação de uma página da cartilha, constatamos que a Editora Edipro havia comprado os direitos de publicação deste título.

Uma produção editorial especificamente mineira pode ser considerada não só a partir da edição, mas também a partir da autoria. Temos 10 editoras “mineiras” ou com distribuidoras localizadas em MG e dois livros publicados pela Imprensa Oficial, um de

Arthur Joviano, em 1907, e outro de Anna Cintra, no início da década de 20, mas há alterações neste caminho de produção: sabemos que a produção destes autores foi comprada depois pela Editora Francisco Alves.

Sobre histórias da edição sabemos que havia no corpo editorial de *A Grafiquinha Ltda/Editora Vega* de Belo Horizonte professores do Instituto de Educação ligados ao PABAE (Programa de Assistência Brasileiro/Americana ao Ensino Elementar). Isto possibilitou circunstâncias propícias à publicação do livro "*O Circo do Carequinha*", de Maria Serafina de Freitas, autora mineira. As circunstâncias de sua produção fazem supor que houve, na época, possibilidades de relação entre pesquisas desenvolvidas no PABAE e produção de livro didático, assim como melhores condições de divulgação e uso. (Rodrigues e Vaz, 1980).

A tabela a seguir, demonstra uma relativa supremacia de uma produção mineira de pré-livros⁴ de uma abordagem analítica para o ensino da leitura e da escrita, que se faz presente como tendência em livros mineiros editados, desde a década de 30 do século XX, por editoras nacionais e vai aparecer na produção de casas editoras brasileiras da década de 50 até 90. Entretanto, percebe-se uma predominância desse ideário até a década de 70, época em que começam a ser editados livros que se baseiam em outras metodologias sintéticas ou ecléticas. É preciso esclarecer, aqui, que os manuais que seguem a marcha sintética e eclética, em geral, não trazem no título da obra a expressão "pré-livro"⁵

Tabela 3 - Produção editorial mineira de cartilhas

Título	Autor	Metodologia	Editora	Década*
Primeira leitura-methodo para ensinar a ler	Arthur Joviano**	Método Global (Sentencição)	Imprensa Oficial	10
Lições para o ensino completo de leitura	Anna Cintra**	Eclético	Imprensa Oficial	20
Joãozinho e Maria-pré-livro	Helena Jorge	Método Global	Estabelecimento Gráfico Santa Maria	50

⁴ O termo pré-livro costuma designar um tipo de livro de alfabetização com características materiais e discursivas próprias, organizado em lições com pequenos textos articulados entre si ou independentes, em folhas que podiam ser anexadas e amarradas, compondo-se gradativamente o livro na medida em que eram entregues as lições.

⁵ Historicamente os métodos de alfabetização agrupam-se em métodos *sintéticos* e *analíticos*. Os sintéticos iniciam-se das partes para o todo e elegem princípios diferenciados que privilegiam as correspondências fonográficas: a letra, o fonema e a sílaba. Os analíticos, ao contrário, partem do todo para as partes e procuram romper com o princípio da decifração operando com a idéia de que primeiro a palavra (método da palavração), a frase (método da sentencição) ou o texto (métodos global de contos ou de historietas) tem que ser compreendida, reconhecida globalmente, para depois ser analisada em componentes como letras e sílabas. Os métodos ecléticos trabalham com os princípios dos métodos analíticos e sintéticos, simultaneamente.

As mais belas histórias - pré-livro	Lúcia Casasanta	Método Global	Editora do Brasil em Minas Gerais	60
Meninos travessos-pré-livro	Maria Yvone de Araújo	Método Global	Editora Vigília	60
O circo do Carequinha - pré-livro	Maria Serafina de Freitas	Método Global	A Grafiquinha Editora Ltda	60
Era uma vez um cachorrinho fujão - pré-livro	Elisa Barbosa	Método Global	Editora Lemi	70
Brincadeiras do Jujuba pré-livro	Elisa Barbosa	Método Global	Editora Lemi	70
Brincadeiras do Jujuba pré-livro	Elisa Barbosa	Método Global	Editora Vigília	90
Método fônico gestual - o Pica Pau	Maria Magdalena Lana Gastelois	Fônico/Sintético	Editora Lemi S/A	70
Acorda Dorminhoca	Teresinha Mendes, Stael Carvalho e Maria A. Siqueira	Método Sintético	Editora Mãos Unidas	80
Pa- ta- ti, pa ta ta	Maria Salomé Ribeiro, Zélia Lessa, Elza de Sousa	Método Silábico	Editora Lê	80
Vivina e Fafau	Avani Avelar Lanza e Maria M. Garcia	Método Sintético Silabação	Editora O Lutador Ltda	80
O barquinho amarelo-pré-livro	Iêda Dias da Silva	Método Global	Editora Vigília	70
No mundo das letras	Maria Helena Vidigal	Método Sintético	Editora Dimensão	90
O jogo das palavras	Zélia Almeida	Ludo-Genético Palavração	Editora Dimensão	90

*Data aproximada da primeira edição.

** Livros reeditados posteriormente pela Livraria Francisco Alves. A edição pela Imprensa Oficial foi verificada em exemplares da 1ª ed. de Arthur Joviano e 3ª Ed. de Anna Cintra.

Esta tabela organizada por editoras deixa de fora autores mineiros que publicaram em outras editoras, como é o caso Maria Guilhermina Loureiro de Andrade. Não foram incluídos também autores cujas obras foram editadas em outros estados: *O Livro de Lili*, de Anita Fonseca, editado pela Francisco Alves e, posteriormente, pela Editora do Brasil; *Surpresas e mais surpresas: o presente*, de Magdala Lisboa Bacha, editado pela Livraria Agir. Assim, é preciso esclarecer que de independentemente da forma encontrada para dar visibilidade às fontes livros didáticos sempre nos revela novos problemas: imprecisões (a data “aproximada” refere-se a dados bibliográficos dos exemplares disponíveis e não à primeira edição) exclusões e inclusões (se organizamos os dados por editoras mineiras, excluem-se autores que publicaram em outras editoras), necessidade de maior definição quanto aos métodos que declarados (é preciso verificar as sutilezas internas dos livros para classificar melhor estas escolhas pedagógicas) e nos levam obrigatoriamente para outras fontes.

Uma segunda fonte: O Arquivo Público Mineiro

Na tentativa de nos aproximar dos processos de seleção, aquisição e distribuição das cartilhas nas escolas mineiras buscamos ampliar as fontes de modo a fazer o cruzamento com o inventário feito nos acervos. Esse conjunto de fontes encontra-se no Arquivo Público Mineiro (APM) - Belo Horizonte - e revela-se como um local privilegiado e necessário para a pesquisa sobre história da alfabetização em Minas Gerais.

Sobre a importância do APM, Mourão (1962:6) destaca:

“no tempo dos imperadores assim como no período anterior colonial, todos os documentos, ainda os mais insignificantes e de natureza burocrática eram copiados e encadernados em livros que constituem os preciosos códices de que o Arquivo Público Mineiro tem uma preciosa coleção.” .

Assim, além de se constituir em importante fundo documental relacionado a vários aspectos de uma história regional de MG, os dados podem nos remeter a um conjunto de fatores ligados à circulação e uso dos livros em escolas públicas mineiras no final do século XIX e início do século XX.

No Fundo de Instrução Pública direcionamos a busca para um conjunto de pacotilhas de correspondências relacionadas aos pedidos e remessas de materiais para as escolas, referente ao período de 1878-1930⁶. Selecionamos documentos em que constavam pedidos de livros didáticos levando em consideração: os títulos de cartilhas solicitadas; a natureza do documento (pedido, remessa, permuta); o emissor e o receptor. Além disso, foram organizadas várias tabelas com pedidos e/ou remessas de títulos, com o período e títulos mais significativos, considerando o número de citações, tais como livros de Arthur Joviano e Ana Cintra ou de autores de outras províncias como Arnaldo Barreto e Hilário Ribeiro. Se por um lado a massa documental aproximou-nos dos usos e dos usuários das cartilhas, foi possível vislumbrar outros questionamentos a partir desse fundo.

Um primeiro deles refere-se ao tratamento da fonte. A denominação “método de” pode se referir ao ensino de matemática, ao de escrita ou pode ser um título comum nos compêndios de algum período. Um exemplo refere-se à menção, no documento IP 78 – Registro de distribuição de livros às escolas de diversos municípios, de que, em 1890 “forão remethidas oficialmente 30 método Penido e 30 livros de leitura do mesmo” ou “Forão remetidos pelo correio 50 exemplares do método do Dr. Agostinho Penido, 50 livros do povo do mesmo autor” . Nesse caso, método pode também ser um

⁶ Não se encontra no APM documentação sobre a Educação em Minas após 1930, ano em que foram criadas as SEE, o que tem trazido transtornos para nós pesquisadores na localização de fontes dessa natureza.

manual para o professor ou um livro para o aluno. *O Livro do Povo*, do mesmo autor, muito citado nos pedidos do final do século XIX, era de alfabetização ou poderia corresponder aos “livros de leitura do mesmo”? Galvão (2005) menciona a utilização de livro com este mesmo nome, de autoria de Antonio Marques Rodrigues, que circulou e foi aprovado em Recife em 1863, mas parece tratar-se de livro para leitura, com máximas de espécies zoológicas e de higiene. Tambara (2002) cita o *Livro do Povo ou Syllabario Brasileiro*, escrito por Joaquim Borges, datado de 1877, que parece estabelecer relação mais direta com o ensino das primeiras letras. Assim, parece que havia vários livros, com intenções diferenciadas, utilizando títulos parecidos.

O mesmo se pode dizer do “*Método Hudson*” citado por Tambara(2003) como tendo circulado já no final do séc.XIX. Este título passou despercebido inicialmente, por não ter sido identificado com ensino da escrita. Nesse caso, somente o cruzamento com outras fontes permitiu recuperar sua relação com um método de alfabetização e a localização de um dos títulos publicados por este autor: *Método Hudson, oferecido à infância e ao povo*. (Tambara, op.cit.). E o que não dizer do *Método Hudson* ligado a outros métodos, como na listagem de 1882: “ 05 Methodo de leitura; 06 Cartilhas; *Méthodo Hudson*; 01 *Cathecismo Rodes*”? Esta menção aos catecismos também merece ser pesquisada no sentido de responder, por exemplo, se os catecismos seriam usados para alfabetizar ou se haveria alguma produção religiosa específica, como aquela designada por “Cartilha do Padre Pimentel” que aparece no final do século XIX no APM.

Assim, antes de se pensar em pedidos e envios dos livros, é preciso identificar livros destinados para o ensino das primeiras letras. Um outro exercício do pesquisador é distinguir no conjunto de títulos aqueles que se referem à alfabetização. Como distinguir tratados, métodos, livros e sua destinação para o ensino inicial da leitura e escrita? Um estudo da terminologia já se constitui num bom argumento de pesquisa. Em alguns casos cartilhas é um nome genérico e pode se referir a um tipo de catecismo ou a livros para leitura, ou é possível interpretar que se pediu determinada cartilha, como no seguinte exemplo: “Para a escola do sexo masculino. 03 *Syllabarios de Jardim*; 03 *Cartilhas*. São Sebastião da Pedra do Anta, 1881.” Muitas vezes não encontramos o nome do autor num pedido de cartilha e isto significa que a própria menção ao título era suficiente para que se pudesse entender o pedido.

Em alguns casos a denominação se faz pelo autor que, presume-se, era bem conhecido, mas isto pode significar também que o seu livro era o único que estava

disponível. Em outros não se diz o nome do autor e apenas se faz uma menção ao título ou o título se estende como “*Primeiro Livro de Leitura* Dr. Abílio Cezar Borges ou Livros de Abílio ou Abílio”.

O que se pode dizer das seguintes citações de pedidos retiradas das correspondências encontradas no Fundo de Instrução Pública do APM?

“Para uso das alunas pobres da escola do Retiro das Lages, município de Curvelo. 05 Methodo de leitura; 06 Cartilhas; Método Hudson; 01 Cathecismo Rodes. Ouro Preto, 16 de março de 1882.”

“Luiz Francisco de Azevedo. Professor de 1º grau de Instrução da freguesia de Santa Rita do Turvo, a Bernardo Pinto de Souza. 24 Abecedários; 24 Primeiras noções de ler, escrever e contar; 24 Novos compêndios para aprender a escrever; 24 compêndios de doutrina; ... Ouro Preto s/d.”

Seriam estes livros diferentes, em termos de finalidades? Se todos serviam para ensinar as primeiras letras, por que a variação de títulos para supostamente, um mesmo local, em cada um dos pedidos? As mesmas formas de denominação, ora por autor, ora por título continuam presentes no início do século XX:

“(...) De acordo com a professora foram incinerados os livros que estão imprestáveis e completamente estragados pelos alunos, sendo: *Cartilhas Nacionais*, vinte, *Segundo Livros* Hilario Ribeiro, quinze, Arthur Joviano, Trinta e seis. (...)”

Re-construindo as práticas e a recepção das cartilhas.

As correspondências revelam outras pessoas/espacos ligados ao livro didático além da escola e do governo que subsidiava a aquisição feita com muito esforço por parte dos solicitantes, os professores e diretores das escolas. Encontramos repetidas solicitações da mesma escola, assim como o discurso misericordioso *para os alunos pobres que não dispõem de nenhum utensílio* que era a justificativa mais comum por parte dos solicitantes. Outro argumento usado nas solicitações era de que o livro didático usado estava desatualizado e, portanto não atendia às cartilhas indicadas pelo governo.

Enquanto algumas escolas queriam adequar o método e o livro ao que o governo demandava, encontramos pedidos que solicitavam *qualquer* cartilha, já que a escola não era provida de nenhum livro didático. Esses pedidos nos levam a questionar: o que de fato o governo subsidiava? Poderíamos dizer que, se o direito de acesso às crianças

as escolas era “garantido” desde a constituição de 1827, o número de alunos era reduzido e as escolas ainda eram desprovidas de mobiliário e livros didáticos?

É preciso fazer uma breve análise de outras correspondências trocadas entre governo, autor e editor. Entre os primeiros, constatamos que ora o governo apoia o autor e endossa a publicação e adoção, ora o governo reclama do assédio dos autores. Temos, por exemplo, uma carta do autor Arthur Joviano, de 1907, que indica a tutela do estado (impressão gratuita) na produção da primeira edição de seu livro *Primeira Leitura Methodo para ensinar a ler*.

Por outro lado, em 1911, quando J.J. de Freitas Coutinho solicita ao Estado a compra de seu livro *Lições de Grammatica Portugueza* recebe a resposta de que não há verba e “que a grande mania da actualidade consiste em escrever livros para vende-los ao Estado e muitas vezes, inutilmente”

Quanto à relação entre governo e editor somente encontramos correspondências entre a editora Francisco Alves e o governo e desta editora com as escolas. Elas se baseiam na prestação de contas entre ambos, na divulgação de lista de títulos e solicitação de títulos por parte das escolas.

Alguns documentos sobre estoques existentes nos almoxarifados demonstram o conflito entre o que se adotava e o que se podia enviar como material disponível nos depósitos, por exemplo. Nas listas de pedidos, observa-se também uma série de outros materiais escolares que, na época, eram constitutivos da introdução à cultura escrita ou específica da cultura escrita escolar, tais como tinteiros, cadernos, giz, lápis, canetas, cadernos de exercícios, livros de ponto, caixa de penas, entre outros.

Finalmente, em alguns documentos há, junto com os pedidos de livros, pistas para se pensar a autonomia/regulação do uso de métodos pelos professores no que diz respeito aos métodos de alfabetização. Os dados nos aproximam a uma série de práticas de envio/recebimento e uso de livros de alfabetização, porém é preciso ter cautela na análise das relações entre pedido, remessas e circulação, uma vez que não foi possível confrontar se o pedido foi transformado em remessa ou se foi enviado o que se pediu. Por outro lado, encontramos em alguns casos, anotações nas marginálias ou em cima dos próprios pedidos, que revelam operações que o “leitor oficial” processava indicando a substituição de títulos por outros disponíveis no almoxarifado e que não coincidiam com a mesma perspectiva metodológica. Em outras situações constata-se que havia também indicação de que a demanda tinha sido aceita, mas com redução de números de exemplares pedidos.

É também difícil verificar a relação entre pedidos e número de alunos matriculados que estivessem em período de alfabetização inicial. Os números solicitados aparecem por localidade e, mesmo contando com dados estatísticos escolares, talvez não seja possível verificar a relevância dos números pedidos com relação ao número de livros necessários para cada escola do interior.

Numa outra perspectiva os dados revelam que, no final do século XIX, convivendo com os livros de autores reconhecidos nacionalmente, como Abílio César Borges, há menção a dois autores e uma cartilha desconhecidos de boa parte dos pesquisadores da área da alfabetização: um deles é Agostinho Penido, códice datado por volta de 1880, possivelmente o autor do também citado *Methodo Penido* ou *Livro do Penido*; a *Cartilha do Padre Pimentel* (1870) e a *Cartilha Mariana* (citada por volta de 1880, sem menção ao autor), são outros casos a serem explorados. Estes títulos se somam aos outros manuais nacionais já bastante conhecidos, *Methodo Hudson* (no final do século XIX) e a *Cartilha Analytica*, de Arnaldo Barreto, e a *Cartilha Nacional*, de Hilário Ribeiro mais presente nos documentos do APM no início do século XX.

Diferentemente dos dados do século XIX, o século XX é marcado em Minas Gerais, desde o início por uma expressiva produção local, com destaque para dois autores: Arthur Joviano (1907) e, no início da década de 20, da autora Anna Cintra (1922). Estes autores podem ser considerados de vanguarda se comparados a hegemonia dos métodos utilizados na época, atribuímos essa produção às diretrizes da reforma de João Pinheiro (1906) que recomendava aos professores o abandono dos silabários.

Até o momento, foi essa a categorização e análise que realizamos com a documentação inventariada no Arquivo Público Mineiro, entretanto ela precisa ser confrontada com outras fontes que remetam ao contexto político, social, econômico e geográfico das escolas, bem como com dados sobre quem era o professor e ou diretor das escolas. Para finalizar, gostaríamos de ressaltar que os limites e possibilidades de pesquisa em acervos só se tornam mais claros na medida em que vamos produzindo novos dados e reflexões, que nos levam a problematizar as fontes. Daí a necessidade de constituir repertório de fontes, tendo em vista a quase inexistência de informações na área da história da alfabetização. Pesquisas integradas que possam se especializar e, ao mesmo tempo, cruzar dados estatísticos com dados sobre legislação, produção e uso de material didático em alfabetização também são necessárias. As pesquisas comparadas entre estados ou países podem nos levar a interrogar sobre circulações de idéias e a vislumbrar especificidades que cada história local pode indicar.

Se nossa pesquisa começou nos livros, eles nos enviaram para um amplo universo de fontes sobre o funcionamento da cultura escrita e tem nos incentivado a buscar parcerias com outros estados para comparar dados, promover aproximações e identificar diferenças.

Referências bibliográficas

- BATISTA, A A, GALVÃO, A M e KINKLE, K. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956). *Revista Brasileira de Educação*. Autores Associados. Mai/jun/jul/ag. 2002. P. 27/47
- CHARTIER, R *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução Mary del Priore. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.
- CHARTIER, R. *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade. 1996
- CHOPPIN, A. O historiador e o livro escolar. *Revista História da Educação*. Editora da UFPel: Pelotas: 2002 – p. 5 a 24
- GALVÃO, A M de O. *A circulação do livro escolar no Brasil Oitocentista*. CD Rom da 28ª Anped. 16 a 19 de outubro de 2005. Caxambu. 19p.
- HALLEWELL, L.. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo. Edusp. 1985
- LAJOLO, M e ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- MCKENZIE, D.F. *La bibliographie et la sociologie des textes*. Paris: Éditions du Cercle de la Librarie. 1991.
- MOURÃO, P. K C. *O Ensino em Minas Gerais no Tempo do Império*. Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais. 1962
- MORTATTI, M R. *Os sentidos da alfabetização*. São Paulo. UNESP, 2000.
- RODRIGUES, M M e VAZ, P B. *Vega: essai de bilan de dix ans d'experience editorial au Bresil . La place de la petite entreprise dans le marché du livre bresilien*. Villetaneuse. França. Université Paris Nord XIII. 1980
- TAMBARA, E. *Bosquejo de um ostensor. Repertório de textos escolares utilizados no ensino primário e secundário no século XIX no Brasil*. Pelotas: Publicações Seiva: 2003.